

Economia da Educação: Tendências e Perspectivas

Education Economics: Trends and Perspectives

Rodrigo Tarcha Amaral de Souza¹

REIS, Fábio. (Org.) 2016. **Economia da educação: geração de valor para a sociedade**. São Paulo: Cultura, 160 p.

Fábio Reis, em seu livro *Economia da Educação: geração de valor para a sociedade*, apresenta reflexões sobre os valores que a educação agrega à sociedade, tanto na geração de riqueza como no desenvolvimento da nação. Sinaliza orientações e alternativas voltadas à melhoria da produtividade e o aumento da competitividade das instituições de ensino superior, públicas e privadas. O ponto de partida foi o debate promovido pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), sobre os impactos da economia na qualidade do setor educacional e também sobre a importância de sistemas de educação diversificados para a maximização do valor da educação para a sociedade.

Organizado por Fábio Reis, diretor de Inovação Acadêmica e Redes de Cooperação do SEMESP, esse debate contou com a participação de uma série de especialistas nacionais e internacionais, quando reafirmam o papel fundamental das instituições de ensino superior (IES) nesse processo. O livro, dividido em 12 artigos, versa sobre a contribuição da educação privada, reconhecida e estimulada pelos órgãos públicos, como corresponsáveis na formação do capital humano necessário ao desenvolvimento do Brasil. Apresenta suficiente material empírico para análise e reflexão tratado de maneira palatável, tanto para leitores especializados, como para o público em geral.

No primeiro capítulo, “*Valor da Educação e Políticas Públicas*,” Reis afirma que o valor da educação impacta em diversas dimensões, como na capacidade de gerar empregos e agregar valor aos salários dos que possuem ensino superior, nos investimentos em infraestrutura, na pesquisa, inovação e tecnologia e, especialmente, na capacidade de transformação social. Para o autor, a educação deve ser pensada como política de Estado e não de governo. Estabelecer um marco legal para a educação em defesa do bem público é papel do Estado, sendo um desafio para a formulação de políticas públicas que permitam a eficiência e a eficácia do sistema educacional. Caberá ao Ministério da Educação (MEC), formular boas políticas públicas de Estado, com o apoio das organizações que atuam nas IES, como o SEMESP.

Dirk Van Damme, Chefe da Divisão de Educação e Habilidades da Organização para a Coopera-

¹ Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, Unidade São José/Campinas, SP.

ção e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresenta no capítulo dois, “*Educação Superior: Impacto no crescimento econômico e na redução das desigualdades*”, sua análise sobre a necessidade de habilidades e conhecimentos na economia como um dos principais motores de crescimento. Defende que o investimento na educação superior só produz os resultados desejados se a qualidade de ensino e aprendizagem for alta e os alunos adquirirem competência nas habilidades propostas.

As universidades não entendem com a necessária responsabilidade que a mudança no mercado de trabalho é resultado da economia do conhecimento e da inovação. Para além da legitimidade da conciliação da produção de conhecimento e estímulo econômico, percebe-se o risco de alinhamento produtivista ao preparar jovens exclusivamente para a dimensão do trabalho exigida pelas leis de mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, “*O Papel das instituições de educação superior e seu valor para a sociedade*”, Ana Maria Diniz, diretora do Instituto Península, reflete sobre a desconexão do universo das IES com a realidade socioeconômica e cultural dos empregadores e dos jovens. Em linhas gerais, o que se busca atualmente é uma educação mais prática, empreendedora e voltada a projetos, que tenha maior vínculo com o mercado de trabalho. Reflete ainda sobre a necessidade da universidade se reinventar, tornando-se relevante e conseguindo agregar significado aos seus alunos.

John O’ Brien, presidente e diretor executivo (CEO) da Educause, trata no capítulo quatro, das “*Cinco tendências de tecnologia transformacional*”. Entende que a tecnologia não diz respeito apenas a si mesma, mas principalmente pela sua atuação e influência nas IES. Apresenta as cinco principais tendências transformacionais de tecnologia que estão presentes em diferentes faculdades e universidades dos EUA. Para o autor, a primeira tendência transformacional é a utilização de softwares de análise de dados: Netflix, Amazon e Pandora como meio de organizar e analisar os dados disponíveis. A segunda diz respeito à implantação de suítes abrangentes para retenção de alunos. São serviços integrados de planejamento e assessoramento que reúnem dados no sistema de registro do aluno. A terceira é a aprendizagem adaptativa, um desenvolvimento muito empolgante no ensino superior. Esse conceito reconhece que nem todos aprendem da mesma maneira, tornando o aprendizado personalizado. A quarta tendência é que os estudantes estão deixando os livros didáticos tradicionais para usar e-books, livros para *download* e OER-*Open Educational Resources* (Recursos Educacionais Abertos). Finalmente, a quinta tendência transformacional diz respeito a jogos e simulações como a mais nova e promissora tendência de ensino, por ser capaz de capturar a imaginação do estudante, incentivando sua criatividade para o desenvolvimento de tecnologias.

Eduardo Garanhani Laurenciano, gerente de Novos Negócios do instituto Data Popular, em seu texto “*Demanda de Educação No Brasil: Horizontes e Desafios*”, trata da avaliação da Educação no Brasil e reflete sobre sua hierarquização pelas classes sociais. Utiliza dados do Instituto Data Popular que está desenvolvendo junto com o SEMESP pesquisa de abrangência nacional sobre o público que chegou há relativamente pouco tempo às IES. O Brasil passou por transformações recentes que ocasionaram a ampliação da classe C. O autor questiona, ainda, o valor que os brasileiros dão à educação, concluindo que todos a valorizam, independentemente da classe social.

No capítulo seis “*Um decálogo para a educação brasileira*”, Mozar Ramos Neves, diretor de articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, defende que um dos grandes erros das IES consiste em não terem uma agenda prioritária destinada à educação básica. Para abordar essa questão, em diálogo com a educação em várias partes do mundo, formulou o decálogo para a educação brasileira: 1) alfabetizar as crianças na idade certa; 2) alcançar níveis adequados de aprendizagem nas séries finais dos ensinos fundamental e médio; 3) implantar a base nacional comum curricular; 4) valorizar e formar melhor os nossos professores; 5) profissionalizar a gestão escolar; 6) expandir as matrículas no ensino superior; 7) Internacionalizar o ensino; 8) diversificar a oferta; 9) realizar fusões no sistema particular e 10) financiar a educação. Para Neves, somente quando a educação for tratada como agenda prioritária nas esferas da educação superior dos governos federal, estadual e municipal, será possível superar este quadro de baixa alfabetização e qualidade educacional de grande parte da população do Brasil.

Vidal Martins, Pró-reitor acadêmico da PUC-PR em seu texto “*Como trabalhar inovação e gestão das mudanças por meio de ensino híbrido, currículo, docentes e uso da tecnologia*”, reflete sobre a necessidade de se desenvolver processos cognitivos que sejam capazes de oferecer autonomia aos egressos das IES, para que saibam enfrentar situações que não conhecem com propriedade e competência. A partir da gestão em sua área acadêmica, devem trabalhar com novas metodologias, ensinando-as e aplicando-as. Para tanto, quando os egressos iniciam algum tipo de projeto, devem procurar pessoas na comunidade em que atuarão, que sejam favoráveis e aderentes aos objetivos estabelecidos no projeto, trabalhando num grupo menor, expandindo-o, posteriormente, em ondas com a difusão dos resultados, promovendo simpósios dentro da universidade para compartilhar essas experiências.

No capítulo oito, “*UNISUAM: Arquétipo de inclusão e transformação*”, Claudia Costa, Vice-reitora acadêmica desta escola superior, apresenta numa ótica institucional as características, projetos e funcionalidade do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) que desenvolve programas e projetos voltados para acolhimento, acompanhamento, formação acadêmica e cultural do alunado. Há a experiência de articulação com o governo, empresas e o terceiro setor. Promovem fóruns com lideranças sociais para ouvir as demandas, envolvendo neste processo governo e empresas ao se realizar fóruns de responsabilidade social e desenvolvimento local.

Mila Molina, Gerente de Qualidade da Fundação Lemann, no capítulo nove, discorre sobre o tema: “*A responsabilidade do ensino superior com a educação básica*”. O foco de sua análise envolve a formação de professores, considerando as pedagogias e as licenciaturas como oportunidades que as IES têm, a fim de trabalhar essa questão relevante. Com dados extraídos da plataforma aberta Meritt Informação Educacional em parceria com a Fundação Lemann, a autora contextualiza a situação atual da educação básica. Trata sobre os alunos, professores, processos educacionais que estejam em parceria com redes públicas e programas de instituições privadas que contribuem para a qualidade da educação. Reflete ainda, sobre a Base Nacional Comum, que pode desencadear reformas nas mais diferentes áreas, podendo determinar o alinhamento de todas as políticas educacionais para construção de um sistema educacional coeso e coerente.

No capítulo dez, “*Educação, Redução de desigualdades sociais e desenvolvimento*”, Paulo Corbucci, Coordenador de Educação da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reflete sobre o impacto da educação superior no crescimento econômico e na redução das desigualdades sociais. Para o autor, a educação tem, de fato, alta correlação com a renda. No Brasil, a proporção é muito maior quando se compara uma população com formação de nível superior e aquela que teve acesso apenas à educação básica ou secundária. Reflete também sobre os procedimentos e dados provindos de políticas de acessibilidade escolar, por meio dos programas de governo como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Afirma serem necessários mais investimentos privados na educação superior, precisando, ao mesmo tempo, de mais políticas públicas, sabendo-se que deixar o capital à solta, implicará numa concentração e eliminação dos mais fracos.

Alfredo Motta, Diretor-executivo da Agência Namosca, trata no capítulo onze dos “*Novos Conceitos para conquista e retenção de alunos*”, a partir do uso do “marketing” que define o perfil da IES do ponto de vista mercadológico. Visualizando o aluno como público-alvo, associa a saúde mercadológica da instituição de ensino a partir da satisfação do corpo discente. Neste sentido, os dois maiores patrimônios duma IES são a otimização dos seus resultados financeiros e a disponibilidade duma base de pessoas, recomendando a instituição. Isso lhe garante vantagem competitiva sustentável e a coloca em posição forte no mercado. A universidade, antes de mais nada, é um coletivo de comunidades.

No capítulo doze, último desta série, “*Ensino Superior na sociedade do conhecimento*”, Diego Ambasz, Diretor executivo de Práticas Globais de Educação do Banco Mundial, reflete sobre as IES inovadoras, o profissional do futuro, a redução da pobreza por meio de práticas educativas num cenário global concebido como sociedade do conhecimento. Para o autor, o principal desafio na educação superior é o trabalho de alterar a tendência de considerar as universidades como única opção de ensino de terceiro grau. Existem desconexões da educação superior com a indústria, com o governo e mesmo com os graduados e com outros níveis de educação, da comunidade e, obviamente, com a tecnologia e a informação. Defende a necessidade de combinar a oferta pública com a oferta privada, estimulando tanto as universidades como as instituições não universitárias a fortalecer um sistema de financiamento estudantil que combine empréstimos e subsídios para promover a equidade.

Esta obra apresenta coesão e aderência, seguindo parâmetros e alinhamentos internacionais que concebem e buscam uma educação de qualidade. Aborda diversos aspectos que impactam na Educação, como as dimensões tecnológica, acadêmica e socioeconômica. Se por um lado a diversidade de artigos com abordagens diferenciadas proporcionam uma ampla visão da educação superior, por outro, revelam concepções epistemológicas que, se assumidas de maneira equivocada, incorrem numa subordinação da finalidade da educação básica e superior a outras lógicas que não as pedagógicas. Cabe, portanto, refletir sobre em qual medida, uma educação guiada por critérios de mercado, fortalecida pela parceria entre redes de ensino e indústria ou, ainda, com a terceirização da educação pública a grupos privados, atenderá de maneira concreta aos princípios e procedimentos pedagógicos que conduzam ao pensar crítico e reflexivo, e não apenas a atender a necessidades de produção e de preparação do alunado para o mercado de trabalho.

Economia da Educação: Tendências e Perspectivas

No âmbito da educação, guiar-se pela lógica de mercado, próprio de um modelo econômico neoliberal, pode significar uma colonização da educação pelos interesses econômicos e de mercado, podendo corroer subjetividades, tanto de alunos como de professores, contaminando o mundo acadêmico e seu entorno, visando que reproduzam simbólica e concretamente o *status quo* sociocultural desigual.

A defesa de uma educação de qualidade apresentada nesta obra, embora coesa em sua abordagem técnica, pode esconder alinhamentos e “educações” que atinjam apenas uma parcela da sociedade. Tais reflexões desses diversos autores, se não forem submetidas a um sério crivo crítico, podem fazer da educação apenas mais um “produto de prateleira” que tem por finalidade primeira o lucro e não o desenvolvimento integral da pessoa. Todo cuidado é pouco nesse sentido.